

Fernanda Marinela
Rogério Sanches Cunha

Manual de
LICITAÇÕES
E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

4a

edição
revista
atualizada
ampliada

2024



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131– Mooca – CEP: 03113-010– São Paulo– São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições *JusPODIVM*

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Ana Caquetti

M338m Marinela, Fernanda.
Manual de Licitações e Contratos Administrativos / Fernanda Marinela, Rogério Sanches Cunha – 4. ed., rev., atual. e ampl.– São Paulo: Editora Juspodivm, 2024.
928 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN 97885-442-4932-1

1. Direito Público. 2. Direito Administrativo. I. Marinela, Fernanda. II. Cunha, Rogério Sanches. III. Manual de Licitações e Contratos Administrativos.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *JusPODIVM*.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *JusPODIVM*. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE I – DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	19
1. Histórico	19

▪ CAPÍTULO 2

CONTEXTO LEGISLATIVO	29
1. Cenário legislativo	29
2. Competência legislativa	30
3. Lei nº 14.133/2021	36
3.1. Aspectos positivos e negativos da nova lei	36
3.2. Os impactos normativos – vigência, revogações e alterações	39
3.3. Regime de transição	42
4. Critérios transnacionais	52
5. Impacto da lei de introdução às normas do direito brasileiro à nova lei de licitações	53

▪ CAPÍTULO 3

LICITAÇÃO	59
1. Conceito	59
2. Finalidade	59
3. Sujeitos à licitação	62
4. Incidência da lei	73
5. Princípios básicos	75

6. Os agentes públicos e as comissões de licitações	94
6.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02.....	94
6.2. Agente de licitação na Lei n. 14.133/2021.....	96
6.2.1. Agente de contratação	99
6.2.2. Comissão de contratação	101
6.2.3. Banca.....	102
6.2.4. Leiloeiro e pregoeiro.....	103
6.3. Das vedações dos agentes públicos	105
7. Modalidades	107
7.1. Concorrência.....	116
7.2. Tomada de preços.....	119
7.3. Convite	121
7.4. Concurso.....	125
7.5. Leilão.....	127
7.6. Pregão.....	131
7.7. Diálogo competitivo	135
7.8. Outras modalidades.....	139
8. Procedimento licitatório.....	141
8.1. Procedimento geral na Lei nº 8.666/93 aplicável aos editais publica- dos até 29/12/2023	141
8.1.1. Fase interna	143
8.1.2. Fase externa.....	153
8.2. Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02	169
8.2.1. Pregão eletrônico.....	175
8.3. Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021.....	184
8.3.1. Fase preparatória.....	185
8.3.2. Fase de divulgação do edital de licitação	197
8.3.3. Fase de apresentação de propostas e lances	199
8.3.4. Fase de julgamento.....	202
8.3.5. Fase de habilitação.....	210
8.3.6. Fase recursal.....	215
8.3.7. Fase de homologação	217
9. Procedimentos auxiliares	218
9.1. Credenciamento.....	218
9.2. Procedimento de pré-qualificação.....	219
9.3. Procedimento de manifestação de interesse.....	220

9.4. Sistema de registros de preços	221
9.5. Registro cadastral	227
10. Algumas licitações	230
10.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	230
10.2. Licitações internas e internacionais.....	232
10.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	234
10.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	239
10.5. Regime diferenciado de contratações (RDC)	241
10.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016).....	246
10.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	256
10.8. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i>	263
▪ CAPÍTULO 4	
CONTRATAÇÃO DIRETA	267
1. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade	267
2. Inexigibilidade	271
2.1. Pressupostos para a realização da licitação	271
2.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	273
2.2.1. Bem singular	274
2.2.2. Serviços singulares.....	274
2.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade	275
2.2.3.1. Produtor, empresa ou representante exclusivo.....	276
2.2.3.2. Serviços técnicos especializados.....	277
2.2.3.3. Setor artístico	284
2.2.3.4. Credenciamento	285
2.2.3.5. Aquisição e locação de imóvel.....	286
3. Dispensa de licitação.....	287
3.1. Licitação dispensada.....	287
3.2. Licitação dispensável.....	290
3.2.1. Quadro comparativo – Dispensa de licitação.....	308
▪ CAPÍTULO 5	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	319
1. Conceito	319
2. Características.....	322

3. Formalismo	324
4. Cláusulas necessárias.....	332
5. Regime de execução	339
6. Garantia	342
7. Duração do contrato	346
8. Pagamentos devidos ao contratado.....	353
9. Cláusulas exorbitantes	364
10. Alteração contratual.....	372
10.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	373
10.2. Alteração bilateral do contrato.....	377
10.2.1. Teoria da imprevisão	380
10.3. Situações específicas para alguns contratos.....	382
10.4. Matriz de alocação de riscos.....	384
11. Da execução do contrato e suas responsabilidades.....	386
12. Regras para entrega do objeto do contrato	393
13. Extinção do contrato administrativo.....	396
13.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	396
13.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	403
13.3. Das nulidades do contrato administrativo	406
13.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	408
14. Contratos em espécie	410
14.1. Contratos propriamente ditos	411
14.2. Contrato de concessão.....	413
14.2.1. Concessão comum de serviço público.....	414
14.2.1.1. Fundamento legal	414
14.2.1.2. Conceito	415
14.2.1.3. Poder concedente.....	416
14.2.1.4. O concessionário.....	420
14.2.1.5. Direitos e obrigações do usuário	424
14.2.1.6. Natureza jurídica	427
14.2.1.7. Distinções.....	427
14.2.1.8. Formalidades da concessão.....	428
14.2.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	437
14.2.1.10. Formas de extinção.....	441
14.3. Parcerias do poder público com os particulares.....	444

14.3.1. Conceito.....	445
14.3.2. Legislação.....	445
14.3.3. Objetivos.....	448
14.3.4. Modalidades.....	448
14.3.5. Características.....	450
14.3.6. Diretrizes.....	452
14.3.7. Formalização da concessão especial.....	453
14.3.8. Vedações.....	460
14.3.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	461
14.4. Permissão de serviço público.....	465
14.4.1. Conceito e requisitos.....	465
14.4.2. A precariedade e a formalização.....	465
14.4.3. Principais diferenças.....	469
14.5. Contrato de gestão.....	470
15. Convênios e consórcios.....	474
16. Consórcios públicos.....	478
16.1. Objetivos.....	480
16.2. Formalização.....	481
16.3. Prestação de serviços públicos e o contrato de programa.....	486
16.4. Recursos financeiros.....	487
16.5. Alteração e extinção do consórcio público.....	488
17. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.....	489
18. Contrato público de solução inovadora (CPSI).....	492

▪ CAPÍTULO 6

IRREGULARIDADES E SANÇÕES.....	495
1. Das infrações e sanções administrativas.....	495
1.1. Sanções na Lei nº 8.666/93.....	496
1.2. Sanções na Lei nº 10.520/2002.....	498
1.3. Sanções na Lei nº 12.462/2011.....	499
1.4. Sanções na Lei nº 14.133/2021.....	499
1.5. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	502
1.6. Infrações na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011.....	503
1.7. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	503

2. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	506
--	-----

▪ **CAPÍTULO 7**

RECURSO ADMINISTRATIVO 511

1. Recurso administrativo em sentido amplo.....	511
2. O recurso administrativo na Lei nº 8.666/93	513
3. Dos recursos administrativos na Lei nº 10.520/2002	515
4. Dos recursos administrativos na Lei nº 12.462/2011.....	516
5. Dos recursos administrativos na Lei nº 14.133/2021.....	518

▪ **CAPÍTULO 8**

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS..... 523

1. A importância do controle.....	523
2. As linhas de defesa	524
3. Controle administrativo, legislativo e judicial	526
4. Controle interno e externo	527
5. Controle de legalidade	531
5.1. A exigência de processo administrativo prévio	532
5.2. Convalidação ou saneamento	534
5.3. Estabilização de efeitos.....	536
6. O processo de controle	547

▪ **CAPÍTULO 9**

RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA..... 553

1. Responsabilidade civil	554
1.1. Das responsabilidades dos agentes públicos nas contratações públicas	559
1.2. Dos elementos da responsabilidade dos agentes públicos.....	564

1.3. Das responsabilidades dos agentes públicos nas leis de licitações e contratos	569
1.4. Parecerista jurídico	574
2. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92 ...	581
3. Da responsabilidade na lei Nº 12.846/2013 das pessoas jurídicas nas licitações e contratações	606

PARTE II DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	635
1. Introdução.....	635
2. Justiça penal negociada e os crimes em licitações e contratos administrativos.....	639
3. Informante do bem ou “whistleblower”	650
4. Crimes em espécie	653
5. Pena de multa.....	711

PARTE III QUADRO COMPARATIVO

QUADRO COMPARATIVO	717
---------------------------------	-----